



Flávio Ataliba

Coordenador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.
Professor CAEN/UFC (Propap)



João Mário Santos de França

Pesquisador do Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.
Professor CAEN/UFC

Mercado de trabalho

Reflexões sobre o mínimo histórico do desemprego no Brasil: quais os desafios agora?

A taxa de desocupação brasileira atingiu em novembro de 2025 o menor patamar da série histórica iniciada em 2012, recuando para 5,2% no trimestre móvel encerrado no mês. Do ponto de vista quantitativo, trata-se de um resultado expressivo e socialmente relevante. No entanto, por trás desse indicador positivo emerge um paradoxo importante: a forte queda do desemprego ocorre em um contexto de produtividade estagnada, crescimento econômico moderado e juros elevados, o que impõe desafios relevantes à sustentabilidade dessa dinâmica no médio e longo prazo.

Os dados da PNAD Contínua indicam que a redução recente da desocupação decorre da combinação entre aumento da ocupação e desaceleração do crescimento da força de trabalho. No trimestre móvel encerrado em novembro de 2025, o contingente de ocupados atingiu cerca de 103 milhões de pessoas, enquanto a força de trabalho permaneceu

praticamente estável, em torno de 108,7 milhões. Fatores estruturais como o envelhecimento populacional, o menor crescimento demográfico e a maior permanência de jovens fora do mercado de trabalho, contribuem para amortecer o crescimento da oferta relativa de mão de obra. Esse contexto amplia o desafio de interpretar a queda do desemprego, uma vez que parte relevante do movimento decorre de restrições pelo lado da oferta, e não exclusivamente de um aumento robusto da capacidade produtiva da economia.

Outro aspecto relevante é a redução do desalento. O número de pessoas desalentadas caiu para aproximadamente 2,6 milhões no trimestre móvel de setembro a novembro de 2025, o menor nível desde 2015. Esse movimento é compatível com um mercado de trabalho mais aquecido, no qual a melhora das oportunidades reduz os incentivos à saída da força de trabalho. Ainda assim, o desafio

permanece elevado, dado que o contingente de desalentados segue significativo em termos históricos e reflete fragilidades estruturais do mercado de trabalho brasileiro.

Apesar da melhora quantitativa, a composição setorial e ocupacional do emprego revela limitações importantes. A expansão da ocupação concentrou-se sobretudo no setor de serviços, em especial em atividades ligadas à administração pública ampliada, educação, saúde e serviços sociais, além de transporte e armazenagem. Esses segmentos, embora relevantes do ponto de vista social, são em geral intensivos em trabalho e caracterizados por menor produtividade média, o que impõe restrições à elevação sustentada do PIB potencial.

A análise da posição na ocupação reforça esse diagnóstico. Embora o emprego formal tenha crescido, a taxa de informalidade permaneceu elevada, em torno de 37,7% da ocupação, abrangendo cerca de 38,9 milhões de trabalhadores. O contingente de trabalhadores por conta própria também se manteve elevado, próximo de 26 milhões de pessoas. Esse padrão indica que parcela relevante da absorção de mão de obra continua ocorrendo em ocupações de baixa produtividade, elevada vulnerabilidade à renda e forte dependência do ciclo econômico, o que constitui um desafio central para a melhoria da qualidade do emprego. Nesse sentido, o fato de o contingente de trabalhadores subocupados ter crescido reforça o padrão acima, indicando que parte dos empregos gerados são de caráter parcial e/ou de baixa intensidade de horas.

Embora o emprego formal tenha crescido, a informalidade permaneceu elevada, em torno de 37,7% da ocupação, abrangendo cerca de 38,9 milhões de trabalhadores

Esse perfil ajuda a explicar o fraco desempenho da produtividade do trabalho. Evidências recentes do Observatório da Produtividade Regis Bonelli do FGV IBRE combinadas com a taxa de desemprego (gráfico 1) mostram que, em 2025, a produtividade por hora trabalhada avançou muito lentamente, com crescimento anual próximo de zero. No setor de serviços, responsável pela maior parcela da ocupação, a produtividade chegou a registrar queda. Assim, a expressiva redução do desemprego não foi acompanhada por ganhos estruturais de eficiência, limitando a expansão do PIB potencial e reforçando os riscos de um crescimento sustentado essencialmente pelo lado da demanda.

A resiliência recente do mercado de trabalho está fortemente associada à recuperação da renda real das famílias. A desaceleração da inflação, combinada à valorização real do salário mínimo e à expansão do empre-

go, permitiu ganhos reais de renda em 2025. O rendimento médio real habitual cresceu cerca de 4,5% na comparação anual, enquanto a massa de rendimentos apresentou expansão robusta, sustentando o consumo das famílias. O desafio, nesse caso, reside no fato de que esse dinamismo do consumo não foi acompanhado por um aumento correspondente da produtividade, o que tende a gerar pressões inflacionárias, especialmente no setor de serviços.

As transferências públicas de renda também desempenharam papel central nesse processo. Programas como o Bolsa Família injetaram recursos significativos na base da pirâmide de renda, com efeitos diretos sobre o consumo, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. Esses avanços sociais são inegáveis, mas colocam o desafio adicional de conciliar políticas de proteção social com uma trajetória fiscal sustentável, capaz de preservar o espaço para investimentos produtivos no médio prazo.

Do ponto de vista macroeconômico, a melhora do emprego e da renda esteve associada a uma postura fiscal mais expansionista nos últimos anos. Déficits primários recorrentes e um déficit nominal elevado contribuíram para sustentar a demanda agregada em um ambiente de juros altos, amortecendo a desaceleração da atividade. Esse estímulo fiscal, contudo, não se traduziu em ganhos de produtividade, mas sobretudo em maior absorção de mão de obra em atividades de baixo valor agregado, o que reforça os limites desse modelo de crescimento.

Como contrapartida, a expansão da demanda tem gerado pressões inflacionárias, especialmente no setor de serviços, levando o Banco Central a manter uma política monetária restritiva por mais tempo. A transmissão dos juros para a atividade tem sido mais lenta do que em ciclos anteriores, em parte devido à sustentação da renda e ao maior uso de crédito pelas famílias. Esse quadro impõe desafios adicionais ao investimento e ao crescimento de médio prazo, além de pressionar a trajetória da dívida pública.

Em síntese, os dados de novembro de 2025 combinam motivos para comemoração e cautela. O desemprego em mínimas históricas e a melhora dos indicadores sociais associados são conquistas relevantes. Contudo, esse resultado foi alcançado majoritariamente por meio do aquecimento da demanda e da absorção de mão de

**O desafio central,
portanto, é transformar
um mercado de trabalho
quantitativamente forte
em um mercado de
trabalho qualitativamente
superior**

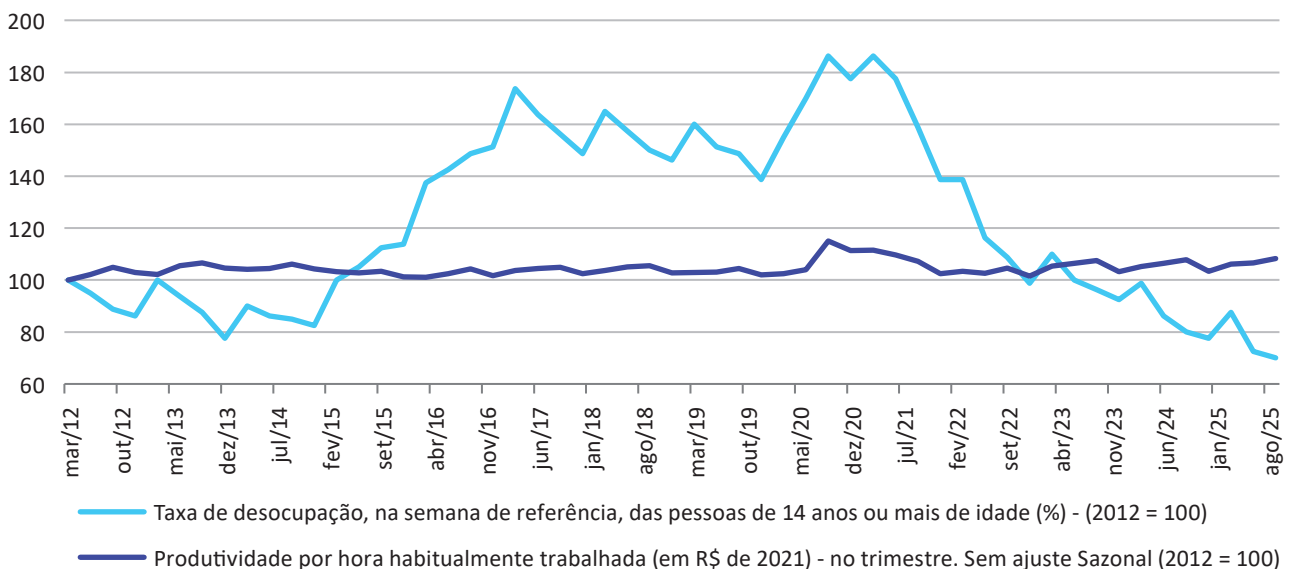
obra em ocupações de baixa produtividade, enquanto os fundamentos de longo prazo, especialmente a produtividade do trabalho, permanecem estagnados. Esse quadro convive com pressões inflacionárias no setor de serviços, juros elevados por mais

tempo e uma trajetória crescente da dívida pública.

O desafio central, portanto, é transformar um mercado de trabalho quantitativamente forte em um mercado de trabalho qualitativamente superior. Políticas de estímulo à demanda cumprem um papel social relevante no curto prazo, ao reduzir o desemprego e atenuar vulnerabilidades. No entanto, emprego sustentável requer avanços estruturais pelo lado da oferta, em especial investimento em educação, inovação e difusão tecnológica, capazes de gerar ganhos persistentes de produtividade, sobretudo nos setores mais dinâmicos da economia. Na ausência desses avanços, o desemprego baixo tende a refletir apenas um bom resultado cíclico, insuficiente para sustentar, no médio e longo prazo, um crescimento econômico compatível com inflação baixa, juros estruturalmente menores e maior solidez fiscal. ■

Desemprego e produtividade do trabalho

Frequência trimestral 2012 = 100



Fontes: IBGE e Observatório da Produtividade Regis Bonelli (FGV IBRE).